



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O CONHECIMENTO E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA

ALBANI DE BARROS¹

BEATRIZ DA SILVA CAVALCANTE COSTA²

Resumo: Este artigo busca inicialmente analisar a perspectiva do conhecimento antes da modernidade, baseada numa matriz orientadora imutável, dada pelo logos no pensamento da Grécia antiga, e por divindade no período medieval. Em contraposição a esse, a burguesia comandou na modernidade um processo de aposta na razão, de tentativa de compreender o real, mas incorporando a essência burguesa como base explicativa. A decadência da perspectiva do conhecimento burguês ocorre a partir da intensificação das lutas de classe entre burguesia e proletariado, quando o desvelar da realidade passa a ser um risco para a reprodução da ordem burguesa.

Palavras-chave: Conhecimento; Essência; Modernidade; Lutas de classe.

Abstract: This article seeks to initially analyze the perspective of knowledge before modernity, based on a matrix for guidance immutable, given by the logos at the thought of ancient Greece, and divinity in the medieval period. In contrast to this, the bourgeoisie has commanded in modernity a process of bet on reason, to attempt to understand the real, but incorporating the bourgeois essence as explanatory base. The decadence of bourgeois perspective of knowledge occurs from the intensification of the class struggle between bourgeoisie and proletariat, when the unveiling of reality becomes a risk for reproduction of the bourgeois order

Keywords: Knowledge; Essence; Modernity; Class struggles.

1 INTRODUÇÃO

Na interpretação filosófica sobre as possibilidades do conhecimento, a relação entre a essência e o fenômeno foi sempre um importante objeto de reflexão. A filosofia ao longo do tempo procurou explicar a existência de uma essência que teria um *quantum* de ser superior ao fenômeno, dessa forma, o desenvolvimento da história humana seria resultado dessa essência. A Grécia

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <albanibr@hotmaill.com>

² Estudante de Graduação. Centro Universitário Cesmac.

antiga localizava essa essência através de um ordenamento cosmológico, de uma estrutura hierárquica essencialmente imutável (TONET, 2013). Já os Medievais, centralizaram a questão do conhecimento na crença de um ser onipresente, onipotente e onisciente, presente em tudo, com poder ilimitado e consciente dos atos de todos os seres. Nessa perspectiva, o papel do conhecimento é bastante reduzido, pois os fenômenos e o próprio mundo seriam passageiros. O verdadeiro valor do conhecimento estava na preparação do homem para sua salvação.

Em contraposição aos preceitos filosóficos cristãos, herdados do pensamento medieval, a modernidade fará a oposição às explicações transcendentais. Dois aspectos marcam essa oposição. O primeiro era a necessidade de um conhecimento que fosse capaz de ser mensurável, que pudesse ser utilitário. A questão é que tais explicações exigiam formulações que não se apoiavam em preceitos divinos, mas que revelava como utilizar esse conhecimento na física, mecânica, química, navegação, etc. O segundo é que uma nova classe economicamente emergente, a burguesia, necessitava estabelecer novas matrizes ideológicas, compatíveis com suas necessidades.

Os séculos que marcam o processo de ascensão da modernidade foram a expressão do desenvolvimento do conhecimento no sentido da “aposta” na razão humana. A filosofia e o conhecimento no período medieval foram profundamente balizados pelo princípio da fé, pelos dogmas religiosos, por explicações que recorriam ao transcendental. Para santo Agostinho era necessário crer para conhecer, portanto, a explicação provinha necessariamente de uma esfera externa ao ser humano. Em São Tomás de Aquino, se utilizando de inspiração Aristotélica, os elementos concretos do mundo são incorporados ao conhecimento, todavia, eles ainda necessitavam passar pelo crivo religioso para aferir sua validade. A filosofia moderna vai negar os preceitos do conhecimento cristão medieval e colocar o homem como protagonista do desvelar de uma nova forma de conhecimento, quantificável, verificável e cognoscível.

Parte fundamental da compreensão marxiana sobre a dinâmica social, é a apreensão de que a realidade não é estática, está em constante movimento

dialético. Exatamente por isso, a compreensão da realidade não ocorre por categorias universais e imutáveis, mas através da compreensão do movimento da realidade (NETTO, 2011). Por sua vez, o fenômeno não é meramente a decorrência de uma determinada essência, como, por exemplo, pensavam os antigos gregos, mas expressam esse movimento do real, sob determinadas circunstâncias e conjunturas históricas.

2 A EXPLICAÇÃO DA ESSÊNCIA E DO FENÔMENO NA ANTIGUIDADE E IDADE MÉDIA

Tanto a perspectiva filosófica grega, quanto a medieval, mantinha um caráter ontológico e, nesse sentido, a elucidação referente às questões do conhecimento apenas poderiam ocorrer mediante o desvelar do ser. O caráter de unidade e permanência da essência era o que demarcava essa lógica ontológica, era a não historicidade da essência. Considerando que as estruturas das sociedades antigas, tanto a Grega - como dos demais impérios existentes, babilônico, persa, egípcio, macedônico, ou romano eram escravistas - enquanto que, a medieval era feudal, tratava-se de sociedades divididas em classes sociais. Nesse sentido, a explicação ontológica de uma imutabilidade do ser era profundamente útil para conservação da reprodução social nos moldes orgânicos e estruturais da divisão social entre classes existentes. A esse respeito, Mézáros apresenta uma pertinente reflexão:

Desde que Menêncio Agrippa se dirigiu aos romanos, que haviam entrado em greve e ocupado o Monte Sagrado no século VI a.C., a concepção 'orgânica' da ordem social vem sendo defendida em inúmeras ocasiões. Segundo o tão reverenciado cônsul romano [...] – cada camada social tem seu 'próprio lugar' no grande organismo. (2008, p. 7).

Essa concepção ideológica, que de alguma forma permanece até os dias de hoje, ainda que sob novos argumentos, expressa a existência de uma estrutura social hierarquicamente determinada e ontologicamente intransponível. No interior dessa estrutura, cada grupo social deve cumprir o

papel que lhe fora dado. Como a explicação filosófica sobre as possibilidades do conhecimento indicava a superioridade de esferas rigorosamente imutáveis, os homens não poderiam cumprir um papel radicalmente transformador.

Sendo assim, o ser humano grego era o resultado de um ordenamento imutável posto pela lógica fundante, originário de um ser externo ao homem. Já o indivíduo medieval possuía como razão suprema de sua existência a preparação para uma vida que não seria realizável no mundo dos homens, portanto, sua vida e seu conhecimento devem ser fundamentalmente para buscar a “salvação”. A própria essência do mundo dos homens não permitiria uma mudança fundamental.

O homem grego ou romano era a expressão do que uma esfera superior lhe impunha. Se caso fosse um senhor de escravo, cidadão de Atenas, esse *status* não seria em decorrência de sua vontade individual, mas sim a manifestação do lugar que lhe fora dado pela força de um ordenamento cosmológico (LESSA, 2000). Quanto ao escravo, a lógica era a mesma, seria parte dessa mesma ordem cosmológica, só que pertencendo a uma esfera inferior, necessariamente subordinado aos seus senhores. Não cabia ao escravo essa escolha, tratava-se de uma imposição do *logos*.

Na sociedade grega antiga de Aristóteles, a concepção cosmológica posta em movimento pelo *logos*, colocava cada indivíduo em um patamar específico e seria apenas no interior dessa esfera do ser que cada indivíduo faria sua história. Em outras palavras, tão somente uma parte do destino era controlada pelo próprio homem, mas o ser humano não seria o demiurgo pleno de sua história. Nessa escala hierárquica, os escravos estariam num nível de inferioridade em relação aos humanos, seria um instrumento que fala, não um humano³ pleno, condutor de suas capacidades. Os escravos seriam um tipo distinto de “espécie”, um sujeito subumano, que no escalamento das esferas

³ Aristóteles chega mesmo a identificar elementos de comparação entre escravos e animais, inclusive realizando uma analogia entre a caça de animais selvagens e de escravos. “A arte de adquirir escravos é diferente de ambas as ciências, e é como uma forma da arte da guerra ou da caça. [...] Por isso, também a arte da guerra será, por natureza, e num certo sentido, arte de aquisição (e, com efeito a arte da caça constitui uma sua parte) e ela deve ser praticada contra as feras selvagens (*tería*) e contra aqueles homens que, nascidos para obedecer, se recusarem a isso, e esta guerra é, por natureza, justa (os *phúsei díkaion touton onta tón polemón*)” (ARISTÓTELES, *apud* TOSI, 2003, p. 84)

do ser estaria entre os humanos e os animais.

O estabelecimento de uma hierarquia dessas esferas do ser significava uma imposição intransponível para transformação no ordenamento social. Nesse sentido, o conhecimento voltado para a compreensão das relações sociais, no máximo possibilitaria a compreensão de quais os mecanismos sociais possíveis para a manutenção da ordem vigente. Caberia ao conhecimento especulativo filosófico compreender quais os métodos e as formas, inclusive políticas, de obter o melhor resultado para aqueles que estavam numa determinada esfera do ser mais elevada. No caso dos impérios escravistas, como as classes dominantes poderiam se aproveitar beneficentemente da existência da escravidão. Nesse sentido, a política na Grécia antiga, entendida por Aristóteles, é a realização do bem comum, o bem dos senhores de escravo (LESSA, 2007).

Os séculos que seguem a expansão do império romano vai se caracterizar por uma produção filosófica relativamente “pobre”, notadamente se comparada com a rica filosofia grega. O ressurgimento de grandes explicações filosóficas, reorientando as matrizes fundamentais do conhecimento humano, apenas irá ocorrer no transcorrer de um período longo e bastante caótico que acompanhará o declínio do modo de produção escravista. Tratava-se de um momento em que a humanidade voltava a se indagar, porque que o mundo não corresponde ao que queremos? Porque a história segue nesse rumo de decadência, mesmo contra a vontade dos indivíduos? A visão fatalista da história e dualista sobre mundo, que marcou as concepções cristãs medievais, é em alguma medida uma resposta a esse questionamento.

Com a decadência do Império Romano, surgiu uma nova concepção filosófica que se tornou hegemônica durante séculos, a compreensão de que o mundo terreno era o *locus* do pecado e que a realização do homem não ocorria na dimensão da vida humana, mas num outro mundo, na “cidade de Deus”, conforme interpretação de Santo Agostinho. É com esse filósofo cristão que se dará uma releitura das obras de Platão e sua separação entre mundo das ideias e mundo dos homens. Em Santo Agostinho, essa releitura receberá as “cores” cristãs na interpretação do mundo e no que era permitido ao

conhecimento. A separação dualista do mundo passou a ser entre “cidade de Deus” e “cidade dos homens”.

O mundo estaria dividido entre duas partes, a esfera da perfeição seria divina, externa aos homens. O ser responsável por essa esfera estaria num patamar tão superior, sua lógica seria incognoscível para os seres humanos e, dessa forma, seu conhecimento não ocorria por uma compreensão racional, mas pela aceitação de seus dogmas como verdadeiros.

Apenas com estabilização da ordem feudal e com o lento, mas contínuo movimento de melhoria das condições de vida na Europa, é que as formulações de Santo Agostinho vão perdendo força. Junto a essa melhoria interna, efetivada pelo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção feudal, a chegada dos povos árabes na península Ibérica também revelava novas e impressionantes possibilidades positivas para a vida (LESSA, 2000). O conhecimento árabe demonstrava a existência de uma matemática muito superior que a praticada na Europa, os algarismos arábicos eram a prova disso. Também mostrava uma arquitetura bem mais elaborada e pujante; além de trazerem produtos melhores, como tecidos de muito mais qualidade, etc. Em suma, era a expressão de que o conhecimento sobre os elementos terrenos poderiam sim ser benéficos ao homem.

Em face de tais transformações, novas formas de compreensão do mundo e de refletir a questão do conhecimento surgiram. Contudo, o protagonista dessas mudanças ainda foi a Igreja Católica e, portanto, foram transformações que não negavam as premissas básicas cristãs, apenas sua reconfiguração. É quando surgem as ideias de São Tomás de Aquino, que também se apoiou numa releitura dos antigos gregos, mas diferentemente de Santo Agostinho, não a partir de Platão, mas de Aristóteles.

Essa mudança no interior da filosofia cristã possibilitou a busca por um conhecimento que não mais ignorasse por inteiro as explicações retiradas a partir da interpretação do mundo dos homens. Trata-se de um período em que vão surgir as primeiras universidades⁴, instituição tipicamente burguesa que

⁴ A primeira universidade criada foi a de Bolonha, na Itália, no século XII, Sorbonne será a segunda, no século seguinte.

nasce ainda no interior da ordem medieval. Exatamente por isso, serão acompanhadas com rigor pelo “olhar” da igreja. Por exemplo, em Paris, no século XIII, é construída a Universidade de Sorbonne, longe do centro da cidade, onde antes existia um pântano. Mas, ao lado da universidade, a Igreja erigiu um mosteiro, como forma de acompanhar aquilo que era pensado e dito em Sorbonne (LESSA, 2000). A liberdade de cátedra apenas existia no interior da Universidade, fora dela, o destino poderia ser a fogueira.

A questão fundamental é que, mesmo com hegemonia da perspectiva fundada por São Tomás de Aquino, não era possível deixar inteiramente livre o caminho para um conhecimento plenamente com base na razão humana. Os exemplos dos receios quanto ao desenvolvimento do conhecimento científico ficam claros com as condenações de Giordano Bruno e Galileu, o primeiro a morte, o segundo, a negar sua teoria. Em síntese, o critério fundamental de validade de um determinado conhecimento ou teoria continuava a ser definido pela igreja.

3 CONHECIMENTO E MODERNIDADE

É impossível negar que entre as duas perspectivas - medieval e moderna - há inconciliáveis distinções entre as mesmas. Contudo, analisando mais detalhadamente, cabe também uma reflexão: da mesma forma que os gregos e os medievais, a perspectiva do conhecimento no período sob a orientação da ascendente burguesia, também permanece vinculada a uma concepção de uma essência perene. Agora, não mais necessariamente em razão de uma vontade divina, nem de uma rígida ordenação cosmológica, mas atrelada a uma característica posta pela “natureza humana”, essa também não seria passível de transformação.

Nesse sentido, a história se desdobraria no interior dessa essência, a qual seria inescapável para os indivíduos. Centrada numa lógica que compreendia a essência burguesa como a verdadeira “natureza humana”, a transformação seria válida apenas para romper com os impedimentos políticos,

econômicos e ideológicos que limitavam ou constrangiam a efetivação da nova ordem burguesa em ascensão.

A respeito da questão do conhecimento⁵, a modernidade conduziu o debate pela valorização da racionalidade humana e pela negação dos dogmas, como o plano resolutivo para explicação dos fenômenos naturais e sociais. O encaminhamento do processo do conhecimento ocorreu mediante duas grandes vertentes que irão se desenvolver: o empirismo e o racionalismo. Nos dois casos, o papel do indivíduo como protagonista do conhecimento será uma marca fundamental.

Outra característica do pensamento moderno é o fato de identificarem o sujeito individual como o grande protagonista do saber, é ele quem é capaz em desvendar o objeto. Dotado o homem de tal protagonismo, restava encontrar a maneira mais adequada para aquisição de um conhecimento válido e que também fosse utilitário. Para os modernos, a problemática do conhecimento “se faria por métodos ou categorias inatas e apriorísticas – como em Descartes ou em Kant -, ou pela percepção advinda da percepção – como em Hume, por exemplo -, tratando ambos do modo pelo qual o sujeito conhece”. (MASCARO, 2002, p. 23).

Ao longo, principalmente, dos séculos XVI, XVII e XVIII, os pensadores modernos travaram uma batalha contra a filosofia medieval e contra as crenças que se baseavam nas explicações de origem irracionalista. O conhecimento da verdade a partir da racionalidade do sujeito se colocou rigidamente em contraposição ao argumento de autoridade, típico da tradição do conhecimento de matriz religiosa, que vigorou amplamente no período medieval.

Descartes foi o primeiro grande autor a afirmar a necessidade de busca pela verdade através de premissas baseadas na razão humana. Em sua conhecida frase: “penso, logo existo”, Descartes (2008, p. 70), sugere que sendo o homem capaz de pensar, esse indivíduo, detentor de tal capacidade, não precisa da tutela das ideias alheias para guiar suas decisões, nem para compreender o que o mundo é. Suas regras, sua lógica e mistérios, poderiam

⁵ “Um dos traços do conhecimento no século XVIII é a estreita relação, poderíamos até dizer, o vínculo indissolúvel, que existe no âmbito do pensamento, entre o problema da natureza e o problema do conhecimento” (CASSIRER, 1997, p. 195).

ser desvendados e interpretados pelo sujeito racional. Para os modernos racionalistas, a lógica do conhecimento instrui o sujeito e a sua direção na busca pela verdade permanente, constante, universal e racional.

Ainda no campo da filosofia moderna, os empiristas direcionam o método do conhecimento numa reflexão filosófica que privilegiava a percepção, aquilo que o sujeito seria capaz de captar pelos sentidos. Diferentemente dos racionalistas, o elemento resolutivo do conhecimento não residiria de forma inata no interior da razão humana, essa deve estar voltada a compreender os fenômenos. Conforme argumenta novamente Mascaró: “David Hume, na radicalidade característica de seu pensamento, afirma a impossibilidade de se conhecer qualquer lei universal, rejeitando, inclusive, que se possam afirmar leis de causalidades da natureza” (2002, p. 27). Na concepção empirista, o homem, inicialmente, seria uma “tabula rasa” e a aquisição do conhecimento resultaria de suas experiências com o mundo sensível.

O que vale ser ressaltado, é que no confronto com os argumentos de autoridade, tanto na vertente racionalista como na empirista, cresce uma perspectiva do conhecimento que buscava explicações capazes de serem apreendidas pela razão humana, portanto, teriam que ser quantificáveis e cognoscíveis. Sobre tais aspectos, Coutinho (2010, p. 22) menciona:

Desde a teoria de Galileu de que ‘a natureza é um livro’ escrito em linguagem matemática’ até o princípio hegeliano da ‘razão na história’, claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais, capazes de serem integralmente apreendidas pelo nosso pensamento.

Dessa forma, a tarefa ideológica da burguesia que lutava contra as premissas da velha ordem, impulsionava uma forma de conhecimento sobre o mundo a partir de amplas determinações, sem a fragmentação intencional do real. No tocante a esse aspecto, é apropriado mencionar a Economia Política que surge na modernidade, como exemplo do esforço burguês de compreensão do real, não limitado a um fragmento específica da realidade, mas tentando compreender os vários nexos de relação entre economia e as outras esferas da vida.

Ainda que possamos considerar hoje quais foram os limites e as insuficiências do conhecimento conduzido pelo pensamento burguês, é adequado creditar que burguesia um movimento positivo para a humanidade com o advento da modernidade. Mas é necessário também ponderar que Isso apenas foi possível em razão de determinadas condições históricas, postas pela necessidade de romper uma ordem oposta. Nesse transcurso, o pensamento burguês conseguiu ser porta-voz do progresso social, tanto no campo do conhecimento como na batalha política e ideológica contra o *Ancien Régime*.

4 A DECADÊNCIA BURGUESA E A ASCENSÃO DAS FORMAS DE COMPREENSÃO IDEOLÓGICAS CONSERVADORAS.

Na sua fase de ascensão, a burguesia cumpriu um papel revolucionário isso significava impor uma postura filosófica que mantivesse vínculo com a realidade e promover um processo de conhecimento que fosse capaz de interferir nos rumos da história. Em razão das condições históricas e dos condicionantes dados pela própria realidade, a intervenção na história nos limites burgueses significava tentar demonstrar as contradições insanáveis da ordem feudal e afirmar uma nova essência como o verdadeiro postulado humano.

Entre os autores contratualistas, se desenvolveu a ideia de que ser humano seria egoísta, mesquinho e individualista, portanto, burguês. Sendo assim, o rompimento com estrutura feudal e com os traços do poder absolutista, não assinalava para a construção de uma ordem social plenamente livre. Tratava-se da necessidade de construção de uma ordem social que fosse correspondente aos interesses burgueses, o que fundamentalmente implicava também na manutenção da propriedade privada e da existência de classes sociais. Essas considerações não invalidam o caráter progressista da burguesia em seu momento revolucionário, mas apresentam o movimento dialético se suas possibilidades e limites.

Voltando aos aspectos que norteavam a questão do conhecimento, o período da modernidade balizou a autonomia intelectual. Essa foi uma premissa importante da ilustração, seu “objetivo básico era libertar a razão do preconceito” (ROUANET, 1993, p. 16). Tratava-se de um ataque contra o poder que o argumento de autoridade mantinha sobre o conhecimento. Para tanto, tornou-se importante a crítica a religião e ao irracionalismo das ideias, bem como aos preceitos oriundos de poderes externos aos homens. Significava também valorizar as explicações científicas e a educação. Conforme argumenta Ruanet (1993), a autonomia intelectual foi o mais elevado legado da ilustração.

Essa perspectiva positiva do ponto de vista do conhecimento foi mantida pela burguesia em sua fase de ascensão e se mostrou útil para compreensão da realidade até meados do século XIX. Porém, tal situação passou a ser alterada a partir de um processo vinculado ao acirramento das lutas de classes, entre a burguesia e o proletariado. Ao ganhar o nível de confronto inconciliável, tal qual demonstrou os eventos de fevereiro a junho de 1848 na França, a burguesia não teve mais como manter o caráter de busca pela realidade.

Enquanto durou o período de estruturação positiva da nova ordem social que estava se consolidando, interessava à burguesia, seu carro-chefe, a compreensão dos nexos explicativos da realidade e o entendimento das contradições da velha ordem, ainda que fosse compreendida de forma unilateral, de um lado pelo idealismo, por outro, pelo materialismo mecanicista. A alteração na perspectiva burguesa não é o resultado casual de meras escolhas, ela expressa o adensamento das contradições da própria ordem capitalista postas em movimento concreto⁶.

Por toda Europa, na primeira metade do século XIX, cresceu a intensidade dos conflitos sociais. Os elementos estruturais que moviam esses conflitos estavam na base econômica, na produção social da riqueza realizada pelos trabalhadores e na acumulação privada pelos capitalistas. Tais

⁶ A respeito dos elementos no mundo material como base fundamental da construção do mundo das ideias, Marx e Engels assinalam: “O que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se modifica à proporção que se modifica a produção material? As ideias dominantes de uma época são sempre as ideias da classe dominante.” (2003,)

contradições se materializavam cotidianamente na piora nas condições de vida dos trabalhadores, nas degradantes condições de moradia, nas elevadas jornadas de trabalho, no desemprego, fome, crescimento da prostituição, na violência praticada pelo Estado, etc. Quando essas contradições começam a ganhar forma política, é o instante que o ascendente poderio da burguesia como a classe hegemônica, passa a sofrer o risco revolucionário que emergia do proletariado.

Com o agravamento dos embates políticos entre as classes, a verdade já não interessa mais ser desvelada. Em razão desta nova situação, no posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx já advertia que:

[...] a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se esse ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a má consciência e a má intenção da apologética. (MARX, 1988, p. 23).

Ao analisar essa mudança de perspectiva da burguesia, Coutinho explica que a filosofia burguesa foi composta por duas etapas fundamentais: uma primeira, caracterizada por um “movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 é assinalada por uma progressista decadência” (2010, p. 21). Algumas páginas adiante, completa: “Assim, se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento da práxis dos homens” (Ibidem, p. 23). Netto indica o momento preciso dessa inflexão negativa do pensamento burguês, em seu entendimento, o processo revolucionário de 1848 esgota “o ciclo progressista da ação da classe burguesa” (2007, p. 154).

Estando sob as condições impostas pelas próprias contradições da ordem societária capitalista, cujo núcleo irradiador é o próprio movimento de acumulação de capital e as tensões políticas que dele surgem, a burguesia

assume uma nova perspectiva sobre a questão do conhecimento. Essa nova postura, é de alguma forma a continuidade do que já propunha, mas também é o rompimento com sua fase revolucionária.

O legado de continuidade está baseado na compreensão que a sociedade capitalista seria o máximo limiar alcançado pela humanidade. Dessa forma, procura reafirmar o postulado de que o homem é essencialmente burguês e que as soluções para as necessidades humanas estão de forma inextricavelmente atreladas à permanência e reprodução ampliada do mercado. Já o aspecto fundamental de ruptura com seu momento de ascensão, está em transformar o conhecimento, não mais numa arma para compreender o real, mas como um instrumento que o mistifica.

Entre as possibilidades de conhecer ou mistificar a realidade, encontra-se a capacidade de compreender os nexos do objeto com a totalidade ao qual esse está vinculado. Os elementos necessários para uma adequada avaliação de uma determinada forma de apreensão do real se estruturam na maneira como essa perspectiva consegue reproduzir os elementos constitutivos concretos da realidade. Isto se torna rigorosamente imprescindível porque a realidade não está apenas no aparente.

Como a realidade é um processo em constante movimento e transformação, a dinâmica desse objeto deve ser compreendida. Conforme Kosik, “a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente” (2002, p. 13). A apreensão dos elementos concretos exige que se reconheçam quais são relações que se conectam entre suas partes e também com o todo, pois o reconhecimento da aparência de um objeto não é sinônimo do desvelar de sua essência.

Como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e desde que seu fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. (KOSIK, 2002, p. 17).

Assim como o conhecimento não reside na mera concepção idealista que a priori o sujeito possui sobre um objeto, também não está explicitamente exposto no fenômeno observado. Isso significa que o conhecimento da realidade deve ser a capacidade de “dissecação” minuciosa do objeto, nas palavras de Kosik (2002, p. 18), o conhecimento “é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo”.

O conhecimento efetivo da realidade possui como um de seus pilares a capacidade de conceber a totalidade, de identificar o movimento dialético desse objeto. A questão é que a perspectiva burguesa, a partir da sua fase decadente, já não busca compreender a totalidade, pois isso implicaria não ocultar as estruturas econômicas. A esse respeito, é curioso que em sua fase ascendente a Economia Política desenvolvida por Adam Smith e Ricardo tenha identificado o trabalho como atividade criadora do valor, e que, em sua fase decadente, esse entendimento tenha sido mais do que abandonado, mas fundamentalmente negado.

Diante de tais considerações, um dos critérios fundamentais para reconhecer a validade de um conhecimento que busque a radicalidade de um objeto, está em identificar como o sujeito “aprende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental de objetividade humana” (COUTINHO, 2010, p. 31). É claro que na análise de um determinado objeto, o mesmo não se resume apenas ao conteúdo econômico e a estrutura produtiva das relações sociais vigentes, todavia, ignorar essas é desconsiderar as bases fundantes que são o solo ontológico da vida humana. Em sumárias palavras: não há sociedade que possa existir sem que os homens permanentemente produzam as condições materiais de sua existência.

É parte da lógica do conhecimento burguês em sua fase decadente e mistificadora da realidade, a fragmentação dos saberes, a visão utilitarista e mercantil da ciência, a negação do movimento dialético, o não reconhecimento do valor trabalho e a desconsideração das classes como sujeitos sociais, entre outras características. Nessa fase, também desaparece o humanismo que vigorou durante o iluminismo e em seu lugar surge um individualismo exacerbado (COUTINHO, 2010). O traço dialético de compreensão da história,

exposto ainda que nos limites do pensamento burguês, por Hegel, é substituído pelas correntes positivistas ou irracionistas. Nesse sentido, a explicação sobre novos fenômenos, perde seu caráter histórico sob bases concretas e ganha os traços de uma irracionalidade abstrata.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período antigo e medieval vigorou uma concepção filosófica sobre a questão do conhecimento que estava profundamente amparada na construção de uma essência imutável e de elementos fenomênicos subordinados a essa essência superior. Tanto a compreensão de estrutura hierárquica dos seres construída na Grécia antiga, como a visão filosófica cristã de constituição de uma esfera divina suprema que rege o mundo dos homens, concebe a possibilidade do conhecimento como reduzível a manutenção da ordem. Nas duas concepções, a história humana é passível apenas de um pequeno quantum de transformação, pois a possibilidade de vigorosas alterações estaria interdita por uma essência mais poderosa que a vontade dos homens.

É com a ascensão do pensamento burguês que a questão do conhecimento perde a tutela de uma vontade externa ao homem. Na luta contra a tradição cristã medieval, a filosofia burguesa conduz um processo que apostava na capacidade racional humana para o conhecimento da realidade, isso possibilitou que a humanidade desenvolvesse capacidades para conhecer as forças que regem a natureza a partir de uma explicação científica.

Contudo, apesar de não mais se reportarem a rigidez de uma essência divina nem cosmológica, os modernos passam a compreender a existência de uma essência humana, também imutável, também intransponível, o indivíduo seria burguês. Como o ciclo de transformações sociais que levaria a consolidação da sociedade burguesa ainda não havia se completado, estando ainda seus preceitos e suas forças num embate com a velha ordem feudal, o pensamento burguês foi obrigado a perseguir as contradições do *Ancien*

Régime, portanto, era inextricavelmente indispensável manter uma atitude de compreensão da realidade, no limiar de suas possibilidades de classe.

Parece-nos incorreto negar os êxitos e méritos do pensamento burguês na luta contra o obscurantismo da velha ordem feudal, e do marco civilizatório de suas ideias tanto no campo político, quanto do conhecimento, notadamente entre os séculos XVI ao XVIII. Contudo, é também imperioso considerar que o próprio processo de consolidação e reprodução da ordem capitalista estruturou as bases de sua decadência ideológica.

REFERÊNCIAS

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Conhecimento do Iluminismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LESSA, Sérgio. **Lukács: Ética e Política**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007.

_____. **Questões teóricas e metodológicas em ciências sociais**. Transcrição das aulas no doutorado em Serviço Social UFPE. Maceió, 2002, (mimeo)

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1984

MARX, Karl. **O Capital**. Volume I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX; Karl. ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MASCARO, Alysson. **Introdução à Filosofia do Direito: dos modernos aos contemporâneos**. São Paulo: Atlas, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TONET, Ivo. **Método Científico**. Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TOSI, Giusepe. Aristóteles e a Escravidão Natural. **Boletim do CPA**, Campinas, n. 15, p. 71-100, jan./jun. 2003.